

- Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunho.
- Os itens desta prova deverão ser resolvidos exclusivamente à luz das apostilas do Curso de Formação, deixando-se de parte quaisquer divergências entre estas e outras fontes.

-- PROVA OBJETIVA --

Julgue os itens subsecutivos, relativos à estrutura organizacional, ao sistema de governança e ao planejamento estratégico 2023-2026 da ANA.

- 1 Os servidores da ANA que participam do comitê estratégico de governança e da câmara de gestão de riscos e integridade fazem jus a uma remuneração suplementar.
- 2 O valor institucional denominado cooperação está associado à ação de promover relação de interdependência, convivência e confiança entre pessoas e organizações com diferentes potencialidades com o objetivo de alcançar o bem comum.
- 3 A auditoria interna e a assessoria especial de qualidade regulatória constituem, respectivamente, unidade de suporte à decisão e unidade de suporte à gestão.

Em relação à análise de impacto regulatório e à avaliação de resultado regulatório, julgue os próximos itens.

- 4 O relatório de análise de impacto regulatório auxilia a tomada de decisão da autoridade competente, que, entretanto, não é obrigada a seguir as alternativas sugeridas no relatório.
- 5 Na avaliação de resultado regulatório, são analisados os efeitos potenciais de um ato normativo, com base na comparação dos resultados esperados, mediante técnicas estatísticas de estimativa desse cenário hipotético.
- 6 A Lei n.º 13.848/2019 estabelece a obrigatoriedade da análise de impacto regulatório após a elaboração das propostas normativas e detalha os procedimentos de consulta e participação pública.

Julgue os itens que se seguem, relacionados a direito constitucional e administrativo.

- 7 Somente por lei complementar poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, também definir as áreas de sua atuação.
- 8 Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se exclusivamente ao poder público o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
- 9 Considera-se serviço público toda atividade material legalmente atribuída ao Estado para que a exerça diretamente ou por meio de seus delegados, com vistas à satisfação concreta das necessidades coletivas, sob regime jurídico totalmente ou parcialmente público.

Julgue os itens que se seguem, que versam sobre a administração pública federal.

- 10 No ciclo de políticas públicas, a etapa de implementação deve ser realizada antes da tomada de decisão, visto que essa ordem garante maior flexibilidade na aplicação de políticas públicas emergenciais.
- 11 O orçamento-programa, no qual é utilizada a classificação funcional-programática, favorece, entre outros aspectos, a integração do planejamento com o orçamento, a quantificação de objetivos e a fixação de metas.
- 12 São etapas do ciclo de políticas públicas: identificação de um problema, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação e avaliação, sendo a avaliação o momento em que se verifica se a política pública está cumprindo com os objetivos ou se é necessária a implementação de mudanças.

Julgue os itens a seguir, relativos ao Programa de Integridade da ANA (ANA ÍNTEGRA).

- 13 A capacitação e o treinamento oferecidos pela ANA visam ao desenvolvimento de habilidades técnicas e não envolvem aspectos relacionados à ética pública ou à proteção de dados pessoais.
- 14 O eixo de ação denominado transparência e prestação de contas à sociedade visa aprimorar os mecanismos de *accountability* da ANA, garantindo que as informações relevantes sejam apresentadas de forma acessível e compreensível à sociedade.
- 15 O referido programa abrange medidas para prevenir a violação de direitos e de princípios que possam comprometer a credibilidade da instituição.

No que se refere à Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), julgue os itens a seguir.

- 16 Os sistemas de informações sobre recursos hídricos é uma das mais importantes diretrizes da PNRH de definição de preços pelo uso dos recursos hídricos.
- 17 São penalidades previstas na PNRH para as infrações relacionadas ao uso de recursos hídricos: advertências e multas, e embargos provisórios e definitivos, dentro dos limites e das condições definidas na respectiva outorga de direito de uso de recursos hídricos.
- 18 O enquadramento dos corpos d'água e os planos de recursos hídricos são dois dos instrumentos de planejamento da PNRH, os quais não devem ser elaborados de forma concomitante para uma mesma bacia hidrográfica, por possuírem etapas totalmente díspares.

Acerca do monitoramento hidrológico, julgue os itens seguintes.

- 19 Em estações fluviométricas com variações rápidas de nível durante o dia, a exemplo de bacias hidrográficas pequenas ou urbanas, é recomendável que seja instalada, para medição do nível de água, uma régua limnimétrica, que está sujeita a poucos erros e permite que o observador realize a medida em diversas horas do dia.
- 20 As curvas cota-área-volume (CAV) de lagos e reservatórios são imprescindíveis para a estimativa do volume de água armazenado em função do nível de água medido, o que permite, por exemplo, estimar a perda de água dos reservatórios por evaporação, e, devido ao aporte de sedimentos e assoreamento dos reservatórios ao longo do tempo, é importante que as CAV de reservatórios existentes sejam atualizadas periodicamente para a obtenção de informações mais precisas sobre os volumes armazenados.
- 21 A medição do nível de água de um rio pode ser utilizada para estimar a vazão desse rio, pois essas duas variáveis possuem uma relação funcional que permite a realização de tal estimativa.
- 22 A variabilidade espacial da precipitação permite que apenas uma estação de monitoramento seja suficiente para caracterizar a precipitação em grandes bacias hidrográficas.
- 23 A medição convencional de chuva no Brasil é realizada por pluviômetros e pluviógrafos: os pluviômetros medem a chuva acumulada de um período relativamente longo, normalmente nas últimas 24 horas; os pluviógrafos registram a chuva acumulada continuamente, permitindo a medição de chuvas com durações inferiores a 24 horas.

Julgue os próximos itens, referentes ao Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH).

- 24 Reunir, dar consistência e divulgar dados e informações, atualizar permanentemente as informações e fornecer subsídios para a elaboração dos planos de recursos hídricos são os principais objetivos do SNIRH.
- 25 O Hidroweb Mobile, que permite o acesso aos dados de monitoramento hidrológico, é um dos três aplicativos para celular do SNIRH.
- 26 Os três princípios básicos que guiam o funcionamento do SNIRH são a centralização dos dados e informações geradas, a coordenação unificada do sistema e o livre acesso aos dados e informações por toda a sociedade.

No que se refere ao planejamento de recursos hídricos, julgue os itens a seguir.

- 27 A base técnica do planejamento nos planos de recursos hídricos inclui a caracterização dos usos da água, a avaliação da qualidade da água disponível e aspectos de gestão.
- 28 A maior dificuldade enfrentada pelas unidades federativas em relação ao gerenciamento de recursos hídricos é a ausência de planos de recursos hídricos, a exemplo dos estados de São Paulo, Goiás e Ceará, que não possuem planos próprios.
- 29 A bacia hidrográfica é considerada a unidade territorial basilar para a implementação da política e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
- 30 Os planos de bacias hidrográficas devem ser elaborados levando-se em consideração especificidades regionais como aspectos sociais, econômicos e ambientais.
- 31 O processo de elaboração de planos de bacias hidrográficas envolve quatro etapas principais, a saber: diagnóstico, prognóstico, programas de ações e avaliação de resultados.

Acerca do enquadramento dos corpos d'água como instrumento de planejamento da PNRH, julgue os itens seguintes.

- 32 Durante a etapa de prognóstico de uma proposta de enquadramento dos corpos d'água, são levantados dados de monitoramento e cadastro de usos de água atuais, além dos usos não consuntivos, para compor o “rio que temos”.
- 33 O enquadramento dos corpos d'água é uma meta de qualidade a ser alcançada ou mantida em um trecho de rio, ao passo que a classificação desses corpos indica a condição atual da qualidade da água, baseada em monitoramento.

No que se refere à cobrança pelo uso da água, julgue os itens a seguir.

- 34 A União pode delegar a cobrança de águas aos órgãos gestores dos estados, especialmente se não houver agência de bacia, devendo ser consideradas, para tal delegação, a outorga, a fiscalização e a cobrança, concomitantemente.
- 35 Para a fixação dos valores a serem cobrados pelo uso da água nas derivações, captações e extrações de água, devem ser consideradas as características físico-químicas e biológicas da água.
- 36 Para que a referida cobrança seja efetivada, é necessário que o usuário tenha direito de uso outorgado.

No que diz respeito aos colegiados e comitês de bacia, julgue os itens seguintes.

- 37 A deliberação sobre as acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para fins de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos de domínio da União, é uma das atribuições dos comitês de bacia.
- 38 Um mesmo comitê de bacia pode atuar em sub-bacias hidrográficas contíguas.
- 39 Organizações para a gestão de sistemas de abastecimento de água potável e consórcios intermunicipais são alternativas organizacionais para a gestão de recursos hídricos que cumprem as funções dos comitês de bacia.

No que se refere às agências de bacias e entidades delegatárias, julgue os itens subsecutivos.

- 40 Caso uma agência de água seja instituída para uma bacia hidrográfica, o contrato de gestão firmado com a entidade delegatária da área permanece em vigor até o fim do prazo original, sem alteração.
- 41 A ANA é responsável por editar normas que orientem a entidade delegatária quanto aos procedimentos de seleção e recrutamento de pessoal, bem como quanto a compras e contratação de obras e serviços mediante a utilização de recursos públicos.
- 42 A ANA pode firmar contratos de gestão por prazo determinado com entidades sem fins lucrativos que cumpram os requisitos estabelecidos em lei, contanto que essas entidades recebam delegação necessária.

Julgue os itens que se seguem, referentes à gestão de programas e projetos pela ANA.

- 43 O Programa Produtor de Água materializa-se mediante orientação e apoio da ANA a projetos que tenham como objetivo a redução da erosão e do assoreamento de mananciais no meio rural, garantindo a melhoria da qualidade e a regularização da oferta de água.
- 44 No Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas, a liberação dos recursos financeiros pelo Banco do Brasil somente será feita após a implantação e início da operação da estação de tratamento de esgotos, e independe de autorização da ANA.

Julgue os próximos itens, relativos ao gerenciamento integrado de recursos hídricos e ao PROGESTÃO.

- 45** A ANA realiza o aporte de recursos financeiros aos estados participantes do PROGESTÃO com base no cumprimento das metas acordadas e com valor máximo estabelecido por estado.
- 46** As metas de cooperação federativa, definidas pela ANA, são personalizadas para cada estado, com base em suas especificidades, o que possibilita uma gestão de recursos hídricos mais flexível.
- 47** O PROGESTÃO busca fortalecer o modelo brasileiro de governança das águas por meio de uma gestão centralizada na ANA.

A respeito da outorga de direito de uso e alocação de água, julgue os itens seguintes.

- 48** A emissão da outorga de direito de uso implicará o pagamento da cobrança, que ocorrerá com o efetivo uso da água.
- 49** A análise de uso do empreendimento é uma das vertentes utilizadas na análise técnica de pedidos de outorga nos órgãos gestores de recursos hídricos.
- 50** Por meio da outorga preventiva, será conferido o direito precário de uso dos recursos hídricos enquanto o planejamento do empreendimento estiver em curso.
- 51** A Superintendência de Regulação de Usos de Recursos Hídricos é responsável pela regulação dos usos da água dos diversos setores usuários, processo em que são examinados os pedidos de outorga de direito de uso de águas de domínio da União.
- 52** A Constituição Federal estabelece clara separação da posse dos recursos hídricos em função de mananciais ou de bacias hidrográficas.

Acerca da fiscalização de usos de recursos hídricos, julgue os itens a seguir.

- 53** A mera existência de metas e regras de uso da água mostra-se suficiente para mudar o padrão de comportamento dos usuários.
- 54** As diretrizes para as ações de fiscalização e os projetos estratégicos que visam atingir os objetivos da fiscalização a longo prazo serão estabelecidos no plano anual de fiscalização.
- 55** O termo de apreensão e depósito está entre os instrumentos de fiscalização de usos de recursos hídricos aplicados em desfavor dos usuários.
- 56** As infrações médias às normas de utilização de recursos hídricos estão relacionadas ao uso de recursos hídricos ou à execução de obras e serviços de forma não condizente com as condições estabelecidas na outorga.
- 57** A fiscalização de usos de recursos hídricos restringe-se ao caráter orientativo/preventivo, com o objetivo de informar sobre os preceitos legais e os procedimentos administrativos referentes a esses usos.

No que diz respeito a governança regulatória, julgue os seguintes itens.

- 58** Em estudo de diagnóstico feito pelo Ministério das Cidades, em 2017, acerca da problemática da governança regulatória no saneamento básico, verificou-se o substancial uso pelas agências dos instrumentos de transparência e consulta pública.
- 59** Em relação ao tema da transparência e participação social, a Norma de Referência n.º 04/2024 determina, entre outras diretrizes, que as entidades reguladoras infranacionais elaborem e implementem política ou o plano de transparência, que estabeleça procedimentos e canais de comunicação oficiais das decisões regulatórias.
- 60** Entre os principais princípios aplicáveis aos reguladores, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), está o da independência nos processos decisórios e na estrutura das entidades reguladoras.

Acerca dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, julgue os próximos itens.

- 61** Em um sistema convencional de esgotamento sanitário, o coletor tronco é a tubulação da rede coletora que recebe contribuição de esgotos dos coletores prediais em qualquer ponto ao longo de seu comprimento.
- 62** Reator anaeróbio é um tipo de tecnologia empregada como solução alternativa de esgotamento sanitário em localidades sem a disponibilidade de redes de coleta de esgotos.
- 63** Mesmo tratadas, águas de chuva não podem ser admitidas como fonte alternativa de abastecimento público, devido a sua acidez acentuada.
- 64** O processo convencional de tratamento de água restringe-se às seguintes três etapas: coagulação, filtração e desinfecção.
- 65** O serviço de abastecimento de água, com vazão de distribuição uniforme e com pressão adequada, pode ser viabilizado por meio de reservatórios de água tratada.

Julgue os itens subsequentes, que tratam de drenagem e manejo das águas fluviais urbanas.

- 66** Tanto a inundação ribeirinha quanto a inundação na drenagem urbana ocorrem devido ao mesmo processo natural de aumento de vazão que escoar no leito do rio.
- 67** Entre os impactos do desenvolvimento urbano estão as modificações no ciclo hidrológico impostas pelo processo de urbanização, com a redução da recarga subterrânea e aumento do escoamento superficial.
- 68** No contexto atual das mudanças climáticas, os sistemas de drenagem controlam o escoamento superficial e previnem inundações em áreas urbanizadas.

A respeito dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, julgue os itens subsequentes.

- 69** A ANA publicou a Norma de Referência n.º 1 — Resolução n.º 79/2021 —, para regular a abundância de recursos financeiros destinados pelos municípios aos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos.
- 70** A falta de comprovação da sustentabilidade econômico-financeira do serviço de manejo de resíduos sólidos urbanos (SMRSU) não é fator impeditivo para o acesso dos municípios a recursos públicos federais.
- 71** O panorama da situação dos resíduos sólidos no Brasil pode ser analisado por meio de dados e informações do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

Em relação à segurança de barragens, julgue os itens subsecutivos.

- 72** O Comitê Interministerial de Segurança de Barragens coordena a articulação ministerial federal para a implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB) e define orientações para programas e diretrizes, com vistas à compatibilização de políticas públicas setoriais.
- 73** O Sistema Nacional de Informações de Segurança de Barragens (SNISB) é um importante instrumento da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), coordenado e alimentado exclusivamente pela ANA.
- 74** A ANA é gestora e responsável pela elaboração do Plano de Segurança da Barragem (PSB).

Acerca da fiscalização de segurança de barragens, julgue os itens a seguir.

- 75** A fiscalização de segurança de barragens tem por objetivo assegurar o atendimento aos requisitos estabelecidos nos normativos em vigor que regulamentam a PNSB.
- 76** A atividade de fiscalização de segurança de barragens deve limitar-se às condições físicas da barragem por meio das informações prestadas pelo empreendedor.
- 77** A ANA é responsável pela fiscalização de segurança de todas as barragens brasileiras.
- 78** Entre as entidades às quais é atribuída a fiscalização da segurança de barragens cita-se a entidade que concede, autoriza ou registra o uso do potencial hidráulico, quando o uso preponderante for a geração hidrelétrica.

Em relação aos procedimentos de fiscalização de segurança de barragens, julgue os itens subsequentes.

- 79** Na ANA, o relatório de vistoria deve ser elaborado conforme modelo predefinido.
- 80** Durante a vistoria de campo, é necessário percorrer toda a barragem e estruturas a ela associadas para investigar anomalias que possam impactar a operação da barragem.

Espaço livre
